

**HABEAS CORPUS Nº 492.835 - SP (2019/0039207-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : JOSE ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : JOSE ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS - SP091218**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : THIAGO DA SILVA PEREIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de HABEAS CORPUS, com pedido de liminar, na qual se pretende, em síntese, a concessão de ordem, inclusive de imediato, para a revogação de decisão segregatória de THIAGO DA SILVA PEREIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2243523-20.2018.8.26.0000).

Nesta via, o impetrante alega que o acusado vem sofrendo constrangimento ilegal na manutenção da custódia provisória, tendo em vista sua primariedade e dedicação ao trabalho.

Sustenta que não estão presentes os requisitos necessários para a aplicação da medida extrema, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não foi realizado o laudo técnico sobre o entorpecente encontrado, de modo a não estar confirmada a autoria delitiva.

Requer, desse modo, a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, deferindo-lhe a liberdade provisória.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a THIAGO DA SILVA PEREIRA, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado:

*E, in concreto, vislumbra-se, prima facie, ameaça à ordem pública na libertação do paciente.*

*Após a regular tramitação do feito, constata-se presente, na espécie, o fumus comissi delicti, dada a prova da materialidade – consubstanciada na apreensão de estupefacientes (cf. auto de exibição e apreensão de fls.*

*36/37 e laudo de constatação provisória a fls. 63/65) – e indícios suficientes de autoria delitiva – consubstanciada no próprio contexto de flagrância (fls. 32/35).*

*Paralelamente, constata-se que a natureza, quantidade e forma de acondicionamento da droga apreendida no local dos fatos (duas porções de maconha, totalizando 39,7g da substância fl. 14), são indicativos, em princípio e em tese, da prática de expressiva ofensa ao objeto de tutela legal, a saúde pública.*

*Tal circunstância evidencia, a propensão do paciente para a prática de atividades ilícitas, demonstrando, em princípio e em tese, a sua periculosidade e a real possibilidade de que, solto, volte a delinquir. (e-STJ, fl. 41)*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente deferiu ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefer-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal lá deflagrada contra THIAGO DA SILVA PEREIRA, encaminhando a esta Corte Superior cópia do decreto de prisão preventiva, da folha de antecedentes criminais e de eventual sentença proferida e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI

Relator

